

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÊNIO 2010 A 2013, REALIZADA NO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2009 NA SALA DE SESSÕES VEREADOR OSWALDO FREIRE MARTINS, EM ATENDIMENTO A LEI COMPLEMENTAR 101/00 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Aos nove dias do mês de setembro de 2009, às 14:00 horas, na Sala de Sessões "Vereador Oswaldo Freire Martins", atendendo convocação da Câmara Municipal, através da Comissão de Finanças e Orçamento, devidamente publicada no Jornal Diário do Alto Tietê, na edição de 27 de agosto, pg. e, ainda, divulgada através do site da Edilidade www.cmguararema.sp.gov.br, realizou-se a Audiência Pública para discussão do projeto relativo ao Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010-2013. Estavam presentes na audiência os Vereadores Srs. Etanis Benitez Moreno, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que inicialmente assumiu a presidência dos trabalhos, tendo em vista a ausência do Vereador Sr. Ivandir Pereira da Silva, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que chegou após às 14:25 horas, oportunidade em que foi anunciada a sua presença e transferida a ele a presidência dos trabalhos, dos Vereadores Srs. Dirceu Jacinto Granato e Wilson da Silva Ribeiro, e, ainda, o Procurador Legislativo, Dr. Aran Hatchikian Neto. A audiência pública foi iniciada com a presença de três munícipes, Srs. Donato Grillo, Jacy de Pádua e Cláudio José Silva Cabral, bem como dos representantes dos Jornais: Diário do Alto Tietê, Sr. Luiz C. Domingues G. e Notícias Regionais, Srta. Monise A. Hernandez e sob a presidência do Vereador Sr. Etanis Benitez Moreno, vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento que deu início aos trabalhos da audiência pública, comunicando que substituíria naquele momento o Presidente da Comissão Sr. Ivandir Pereira da Silva que

tivera motivos para não estar presente e que a mesma se destinava a discussão, pela população, do projeto do Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2010-2013, conforme determina a legislação em vigor. Comunicou, ainda, que o membro da Comissão era o Vereador Sr. José Francisco da Fonseca. Ato contínuo passou a leitura da mensagem através da qual o Executivo encaminhou o Projeto do Plano Plurianual a esta Casa de Leis, bem como do respectivo projeto para conhecimento dos presentes. Cópia do projeto do PPA foi oferecida aos munícipes presentes, bem como aos representantes da imprensa. Encerrada a leitura o Sr. Etanis Benitez Moreno fez a apresentação do Procurador Legislativo, Dr. Aran Hatchikian Neto que se encontrava compondo a Mesa dos trabalhos, o qual também estava à disposição para as explicações que entendessem necessárias. Ato contínuo indagou se alguém tinha alguma sugestão, manifestando o munícipe Sr. Donato Grillo que disse o seguinte: "Por favor, eu sou Donato, eu sou da Associação da Cerejeira. Eu só queria saber uma coisa que eu perguntei para o Odvane outro dia, ele me disse que só o Poder Executivo pode pedir alteração do orçamento, o Poder Legislativo não tem autoridade para isso. Por que? Neste momento manifestou-se o Procurador Legislativo e disse o seguinte: "Antes até de responder a sua questão eu gostaria de fazer um esclarecimento preliminar. No Brasil, até a Constituição de 88, primeiro que a contabilidade pública, as finanças públicas, elas são substancialmente diferentes das finanças particulares. No processo do particular, o particular realiza suas despesas da forma que bem quiser. O Poder Público não é assim. No Poder Público existem dotações, isto é, eu costumo fazer uma figura para que as pessoas possam entender do que seja um orçamento público. Quando se aprova a lei orçamentária, e isso ocorre com o Executivo tendo de remeter ao Legislativo até o dia 30 de setembro, quando se aprova o orçamento você vai por esse instrumento de contabilidade pública e de

finanças públicas estabelecer dinheiros que ficam a disposição que, tecnicamente é chamada de proposta orçamentária das dotações que ficam reservadas aos dispêndios, isso é, aos gastos que o Poder Público irá realizar ao exercício seguinte. Portanto, é como se você criasse um arquivo muito grande e cada cantinho daquele arquivo vai ficar reservado um dinheiro especificamente destinado a uma despesa. Portanto, imaginem a figura daquele velho escaninho, e para quem não sabe o que é escaninho, é um velho arquivo e você coloca dotações, isto é, aquela previsão de dinheiro para que você realize a despesa. Até a constituição de 88, as propostas orçamentárias, apesar de sempre serem um indutor do processo de planejamento, isto sempre serviu de ficção científica. O Executivo não tinha nenhum comando legal que o vinculava à obrigação de cumprir ou não cumprir a proposta orçamentária, ele fazia o que bem queria, a proposta orçamentária era uma ficção científica. Com a Constituição de 88 surgiram alguns mecanismos em que esse processo de indução ao processo de planejamento ganhasse mais força. E aí, inclusive com a preocupação de dar espaço para que os vereadores, isto é, os legislativos participassem da elaboração dos programas a serem executados nas propostas orçamentárias, surgiu a lei de diretrizes orçamentárias, isto é, que traça o caminho pelo qual o governo, os governos, em quaisquer dos níveis de governo estabeleçam a sua programação a ser executada no orçamento seguinte. Esse processo de indução começa com a lei de diretrizes orçamentárias. Nós não vamos estar discutindo hoje aqui nem o processo das diretrizes orçamentárias, nem a lei orçamentária. Nós vamos estar discutindo uma coisa que vem até antes dela, que é o chamado Plano Plurianual. O Plano Plurianual que também é uma peça muito antiga, já vem do sistema de finanças públicas bem antigo, ele também é um indutor de processo de mais longo prazo. O orçamento em execução orçamentária para o ano seguinte. O Plano Plurianual ele é um

processo de indução a um planejamento para quatro anos, isto é, a ação do governo tem que prever aquela forma de que ele executará suas ações ao longo de quatro exercícios. Portanto é um processo de indução que pretende ser mais longo, até porque no Brasil não se tem idéias de planos. Isto é ficção científica há muitos anos desde o governo federal e vai e se espraia pelos governos municipais. Nós não temos processos de planejamento algum, ninguém se fala, o único a ter foi o Juscelino Kubitschek naqueles planos do cinqüenta em cinco. Depois disso o Brasil não conhece qualquer processo, ele tem, o governo federal tem os seus planos plurianuais, tem suas leis de diretrizes orçamentárias, tem seus planos, suas propostas orçamentárias, e, mercê os cortes que faz, isso também vira peça de ficção científica, tanto quanto nos governos estaduais e municipais. Como nós vamos estar centrados no plano plurianual, eu só gostaria de arrematar esse processo de explicação um pouco do que seja o processo orçamentário financeiro, então o plano plurianual ele se destina a estabelecer um programa de ação do governo municipal para os quatro anos, ele está prevendo aqui aquilo que ele deverá executar em quatro anos nos quatro exercícios subseqüentes ao exercício da aprovação. Isto é o que está previsto aqui portanto, isto é o que se pressupõe que seja a vontade do Executivo. O vereador pode participar, e até a figura dessas audiências públicas surgiu na esteira do sistema da Constituição de 1988. Por indução do processo constitucional e mais ainda da vigência muito mais efetivas de certas imposições por conta da chamada dos cinco princípios estabelecidos no artigo 37 da Constituição da República e mais ainda, da consagração da transparência da administração pública, surgiram essas audiências públicas que têm por finalidade expor, abrir ao particular que venha aqui e manifeste as suas vontades. E porque ele faz isso na Câmara? Porque aqui se pressupõe seja o órgão mais democrático da administração pública. Portanto, essa possibilidade que se

consegue ao cidadão de vir aqui e externar a sua vontade e a sua manifestação é uma oportunidade que surgiu na nova ordem constitucional em busca da chamada transparência, principalmente aquela observância do princípio da legalidade, da moralidade, da pluralidade, da impessoalidade e da economicidade. Este é o conceito da realização da audiência pública. Portanto, este é o momento que a Câmara abre a porta ao cidadão para que ele venha e diga aqui, olha, isso que está dito aqui não espelha a realidade. Então há que se dizer se isso é a vontade do Executivo, ela não externa a necessidade da população, há que se ter dados efetivos para contraditar essas coisas que estão aqui. Pressupõe-se isso e essa é a finalidade da Comissão em estar aberta aqui reunida para ouvi-los. Ao ouvi-los e se não houverem dados suficientes a comissão poderá diligenciar para saber se esta necessidade é efetiva ou não, se ela se sobrepõe àquelas condições que estão aqui estabelecidas ou até mesmo se elas tecnicamente se sobrepõem entre as prioridades que deve ter a administração pública. Portanto o Senhor Representante da Cerejeira fique sabendo que a Câmara participa da elaboração desses atos, mas ela tem que participar da elaboração dos atos preparatórios. E esta a questão que se coloca. A Câmara não tem como participar no orçamento porque ela tem que participar num antes e esse antes é a lei de diretrizes orçamentárias. Então, quando a população ao ser chamada pelo Executivo e ao ser chamada pelo Legislativo, ela tem o seu momento oportuno, por que? Até o Vereador quando ele vai questionar a inclusão desta ou aquela atividade, ele sabe que tal programa ou atividade de governo pode ser ou não alterada em razão de alguns critérios. Os vereadores, por exemplo, ouvindo a população saberá se essa ou aquela atividade é mais importante do que aquela capitulada pelo Executivo, mas ele tem que fazê-lo antes. Portanto, este é o momento desta discussão. Ao discutir, antes da chegada das diretrizes, a Câmara não fez realizar essa

audiência pública, portanto ela não possibilitou que se fizesse as adequações às condições a serem estabelecidas no orçamento. Alguns Vereadores questionaram e fizeram as suas adequações, mas outros não. Mas este sempre é o momento de se fazer. Contudo, posso garantir aos senhores que doravante a Câmara Municipal vai fazer realizar as audiências públicas todas." A seguir o munícipe Donato Grillo assim se manifestou: O Poder Legislativo eu acho que é mais aberto. O Poder Executivo é um tanto quanto fechado e menos acessível porque ele é execução, aqui a gente discute, aqui acontece a democracia, aqui acontecem, a gente diria, os conflitos." Neste momento o Procurador Legislativo responde: "Até a pressão é mais direta porque o Vereador está mais próximo." O Sr. Donati Grillo retomando a palavra continuou: "Claro, agora, eu não concordo com esse artigo terceiro, sinceramente não, agora, se é mandatório constitucionalmente, retiro minhas palavras. Mas se não, eu gostaria de observar que isso deveria ser alterado com, inclusive dando poder ao Poder Legislativo, condições para que possa durante o período que quatro anos é um período muito longo. Eu acho que os poderes têm que ser equivalentes, eles têm que se equivaler. Então eu como cidadão não concordo de que o poder de alterar o Plano que é de quatro anos é longo pra chuchu, pudesse somente estar na alçada do Poder Executivo e aqui no Poder Legislativo nós temos os nossos representantes e eles, muitas vezes, as coisas vão surgindo durante o tempo que precisam ser alteradas, agora, como eu conversei com o vice presidente já várias vezes, eu falei, porque é que vocês não podem alterar ou uma solicitação de alteração de orçamento? Por que vocês não podem solicitar? "Não, porque é uma lei específica de que isso é da alçada do Poder Executivo." Falei, eu acho que vocês deviam batalhar para isso para que o Poder Legislativo também pudesse ter uma brecha em termos de poder, alterar as destinações das verbas, os caminhos lá. Eu também fiz muito orçamento, continuo fazendo na

minha casa, e a gente tem as contas direitinho. Que a gente sabe que ali talvez, a gente tem que diminuir um pouco ali, aumentar um pouco aqui e isso talvez poderia ser uma flexibilização para a execução orçamentária, para atendimento das necessidades da alimentação, que quatro anos é um período muito longo. Essa é a minha observação." Neste momento o Procurador Legislativo se manifestou dizendo: "Senhor Donato, deixa eu lhe explicar uma coisa. Também por comando constitucional, o artigo 61 estabelece que o Executivo, ele tem competências que lhe são reservadas, isto é, são privativas do Executivo tais como, aspectos atinentes à organização e administração de pessoal, aquelas relativas à realização de receita, a realização de despesa e redução de receitas e aquelas que dizem respeito à condição de usufruição do patrimônio. Portanto, não é que o vereador não pode mexer, na verdade existem momentos que ele pode. Nesta realização por se tratar de Plano, o Plano pressupõe embasamento técnico. Pressupõe a existência de uma base técnica. O que não pode, eu dizia ao Vereador Etanis há pouco, o que não pode e nisso o Senhor tem total razão, eu pugno pelo parlamentarismo e pugno pela defesa do legislativo e pelo municipalismo, portanto, eu comungo com suas idéias e acho-as adequadas ao sistema, nada mais democrático do que o parlamento. Com tudo que a gente assiste lá no Congresso Nacional, triste o país que viver sem um parlamentarismo. Os dirigentes do executivo, em qualquer dos níveis de governo desse país são verdadeiros ditadores, e quanto mais isto desce na administração dos municípios e menor a cidade, mais ditador é o processo. Portanto, quem me conhece sabe que eu comungo isso e pratico isso. Portanto, eu estou muito a vontade para dizer o que eu digo. Eu quero dizer aos Senhores o seguinte: essa vontade imperial dos executivos não pode prevalecer. O que se pressupõe que o que esteja aqui ele esteja aqui, porque foi embasado numa análise técnica a justificar os fatos e a eleição, porque nada

mais faz um administrador do que eleger prioridades. Este é o sistema que se coloca para uma administração. O administrador ele tem que eleger as suas prioridades. Ao vir para a Câmara um projeto desses, pressupõe isso e como o vereador não pode emendar ou fazer projeto que altere a receita, diminuindo-a ou que aumente a despesa porque isto altera essa condição, também mesmo a Constituição vigente veio ao vereador e diz assim: "Vereador, o Senhor tem o momento oportuno pro Senhor exercer o seu papel e o seu momento oportuno é traçar as diretrizes, é interceder nas diretrizes, é interceder nisso." Portanto senhor Donato, não é que o Vereador não pode, ele pode, mas pode no momento apropriado. Esta emenda que o Senhor pretende ela não é possível de se fazer por conta desta questão que eu lhe falei do disposto no Artigo 61 da Constituição da República." Neste momento o Sr. Etanis Benitez Moreno consignou a presença do Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Sr. Ivandir Pereira da Silva. O Procurador Legislativo, Dr. Aran Hatchiklian Neto, retomando a palavra assim se manifestou: "Eu só gostaria de esclarecer que a finalidade da audiência pública ela não é discutir o texto da lei. O texto da lei isso é chavão, o objetivo da audiência pública é discutir os programas e atividades que estão aqui estabelecidos até para que a população diga se essa escolha do administrador de plantão corresponde às necessidades. É claro que a nossa sociedade ainda não está acostumada com esses mecanismos de democracia, portanto esta é a hora que os Senhores têm para dizer. O que a gente espera de vocês é que os senhores digam assim: "olha, aquilo que está dito no programa tal não corresponde às necessidades." Ato contínuo manifestou-se o munícipe Sr. Donato Grillo e disse o seguinte: "Eu concordo contigo, porque eu também sou de mentalidade parlamentarista, porque vivi na Inglaterra muito tempo e lá é parlamentarismo puro, então a gente sente essa necessidade de ter pelos seus representantes algumas necessidades esporádicas

atendidas. Então, por isso que eu perguntei aqui porque aqui está bem explícito, porque não poderá ser alterado, claro, não vai alterar nem receita nem despesa, tem que bater zero a zero, mas se pode realocar despesa ou realocar investimentos, ou realocar recursos se, agora o Senhor está me respondendo de que esporadicamente poderá ocorrer, só que aqui está, tacitamente não, objetivamente estabelecido que não poderá haver alteração, ponto final. Se isto é constitucional eu me calo, eu não quero prolongar uma discussão inócua." O Procurador Legislativo com a palavra assim respondeu: "Eu fico feliz, porque toda vez que alguém participa eu fico feliz, mas eu não tenho medo dessas discussões, porque elas são sadias. Eu volto a dizer para o senhor que o espírito aqui, aliás, hoje a Câmara tem brigado efetivamente, permanentemente Senhor Donato, de que o Executivo faça cumprir a regra orçamentária. Ele não pode. Para ele alterar isso que está aqui ele precisa mexer, para alterar no orçamento ele precisa mexer num intrincado, emaranhado de coisas. Até há pouco tempo atrás ele queria mexer numa dotação, ele remetia um projeto aqui e discutia apenas aquela questão, hoje se ele quiser incluir ou tirar uma atividade ou um projeto ele poderá fazer, mas ele precisa tirar e desatar o nó nessas duas outras leis. Percebam que esses mecanismos, essa é uma questão muito interessante que as pessoas não se dão conta de que o país está mudando. Até pouco tempo atrás, o sistema inteiro, só se cuidava do cara que fazia o orçamento. Era uma peça de ficção. O orçamento era uma peça de ficção. Era de mentira. Cumpria ou não cumpria não tinha pena. Quando você tem uma disposição sancionatória, mas que não tem pena, não tem consequência. Está certo? Portanto, até pouquíssimo tempo atrás não se discutia a execução orçamentária, hoje se discute a execução orçamentária. Hoje o Tribunal de Contas está vigilante se a execução orçamentária foi adequada. Ele não pega ainda se a execução orçamentária atendeu a proposta orçamentária.

Ele continua fazendo controle financeiro apenas, mas até com isso o administrador, se gasta muito ou se não gasta o que havia previsto, ele tem suas contas rejeitadas hoje. Portanto, leva e induz a ele bem executar a proposta orçamentária. O sistema está aperfeiçoando e garroteando o administrador. O que nós não podemos é sacrificar o sistema em buscar coisa que é futurista, ou mais finalística, mas o que nós estamos aqui é num processo em busca do aperfeiçoamento do que, da participação da sociedade na escolha das prioridades, das escolhas do administrador que têm que ser correlatas às necessidades públicas. Hoje o sistema está amarrado. Ele não mexe mais na proposta orçamentária sem que mexa nas diretrizes, sem que ele mexa no plano plurianual. Portanto, o que eu acho que a sociedade tem que fazer é vigiar bem o vereador para que ele não aprove facilmente certas coisas, para alterar, o prefeito põs e agora tira, não pode ser assim. Eu acho que a sociedade tem que estar cobrando do vereador exatamente isso. Aí é a sociedade que tem que se organizar para isso." O munícipe Sr. Donato Grillo se manifestou dizendo: "Nós temos um problema grave de estradas, esse município tem 60% de área rural e nós temos um problema grave também de segurança que está se agravando, finalmente fundamos o CONSEG, tem um problema de iluminação e nós precisávamos, eu vi esses números aqui na área de cultura, não sei o que cobre, fiz os meus cálculos e deu 0,1%, deu menos, não deu 1% da aplicação de recursos na área rural. Nós sabemos que Guararema é uma cidade bonita, uma cidade limpinha, muito bem tratada, bem asfaltada, é a Pérola do Vale, mas quem for para a área rural hoje, realmente é de tirar o chapéu. Eu tenho feito bastante contato com, o Odvane tem sido a nossa fonte, agora conheci também o Jedião, e com o Poder Executivo para que a área rural seja bem atendida. Então, quatrocentos e vinte e quatro milhões de reais de receitas é muito pouco que está se alocando para a área rural, porque aí não está especificado o que é. Se

for, são quinhentos quilômetros de estradas de terra, fora a iluminação, a iluminação é precária, alguns bairros estão bem iluminados outros estão pessimamente iluminados, há ônibus, há condução, nos pontos de ônibus não tem iluminação pelo menos nos pontos de ônibus. Há alunos que chegam tarde da noite e uma série de coisas. Minha opinião, esse número merece uma revisão se for a tempo, se não for a tempo temos que ficar com ele mesmo, mas na minha opinião, nós da área rural, acho que merecemos mais, mesmo porque na área de turismo eu estou vendo que tem um valor aí exorbitantemente alto e na área rural exorbitantemente baixo. Então eu gostaria que a gente tivesse um pouquinho. Não, eu não sei se, a gente não sabe as alocações que são números grandes então você não sabe o que é o detalhe. Se eu soubesse o detalhe não precisaria estar perguntando, mas eu quero deixar aqui observado, estrada, iluminação pública, segurança rural e nós temos também a manutenção de estradas, não há lei, por exemplo, para a largura das estradas, para capina de estradas, para manutenção das estradas, uma hora não tem cascalho, outra hora não tem caminhão, uma hora não tem isso, outra hora não tem aquilo e nós já temos o quarto ano sem manutenção das estradas. Então isso, lá no Maracatu, por exemplo, há estradas terríveis, eu mandei inclusive um projeto, uma carta para a Prefeitura com fotografias de nossas estradas. O meu carro quebrou hoje de novo, por que? Porque estão esburacadas, não foi feito manutenção como deveria ser. Então acho que precisa rever esse número em termos de dotação." O Procurador Legislativo novamente manifestou-se dizendo: "Eu não vou responder as questões de mérito, porque acho que são coisas do vereador. Minhas questões são técnicas. E por ser técnica eu só faço uma referência e por justiça. Questão de segurança, patrulha rodoviária, patrulha rural, os senhores vão me desculpar, mas isso é questão do Estado, se cobra tudo do município por que? Virou saco de pancada nesse país já há vinte ou

trinta anos dizer que o município está muito rico, o município tem tudo. Os governos Federal e Estadual transferem todas as obrigações para os municípios com essa história de que precisamos descentralizar, tornar o município mais pungente. E a grana? Cadê a grana? Aqui o Município está subsidiando vencimento de policial sem cobrar um critério, até quando? E o Estado tapa os olhos? A questão da gripe suína está aqui e o Governo do Estado está preocupado em aplicar a lei de fumo e ninguém fala nada? Cadê o papel do Estado? Eu não estou falando do Estado, só membro do sistema unitário, estou falando cadê o Estado, o ente Estado, cadê o nosso Estado? Cadê a ação?" Ato contínuo manifestou-se o Vereador Sr. Dirceu Jacinto Granato e disse o seguinte: "A questão Donato, que você falou da iluminação pública já foi pedida. Na última Sessão eu fiz a indicação para todas as estradas da Cerejeira. A questão do policiamento é em geral como o Doutor acabou de explicar, e as estradas da Cerejeira não estão tão ruins como as outras que você falou do Maracatu. Mas isso Donato é um problema de cascalheira, que está sendo resolvido, acho que até o fim do ano deve ser resolvido. Todos municípios têm seus problemas." Sr. Donato Grillo com a palavra disse o seguinte: "Dirceu, eu concordo com você que, vamos para a primeira, vamos por parte. A questão da segurança é problema do Estado como Estado em si é, mas o que nós podemos fazer para poder fazer com que essa situação modifique? Nós acabamos de fundar o CONSEG, ele está entrando em vigor agora, a próxima reunião será dia 05 de outubro, agora, acabamos de fundar dia 31 de agosto o Conselho Comunitário de Segurança, acabamos de fundar. Então já está correndo lá. " Neste momento o Dr. Aran Hatchikian Neto respondeu que o Conseg já existia. O Sr. Donato Grillo retomando a palavra disse: "Ele era informal. Então existe uma lei do Franco Montoro sobre CONSEG, então nós vamos, nós membros do CONSEG vamos fazer as canalizações das solicitações via CONSEG para as demais autoridades, tanto que

eu falei das estradas, as estradas da Cerejeira não estão tão ruins, imaginem as demais. Segundo, iluminação pública, sabemos que já foi pedido, foi dotado, só que não sabemos quando e nós temos um problema lá, está piorando a situação de segurança no município, na região. Tem um empório lá na Cerejeira que virou ponto de droga. Não a pessoa é o traficante, mas os traficantes passam por lá certa hora do dia ou da noite para distribuir drogas. São os atacadistas. Já foi comunicado ao Capitão, já foi comunicado à Polícia, já foi feito denúncia e a coisa continua. Quer dizer, nós já levamos isso à Prefeitura, já levamos isso ao Promotor Público e a coisa continua. Então nós precisamos de empenho. Precisamos de atitude, precisamos de vontade. Não só de recursos, mas de vontade política para que as coisas mudem. Com relação a outra coisa que eu quero dizer que eu estou lembrando agora, é a questão dos idosos. Eu faço parte do Conselho dos Idosos. Seria conveniente a gente olhar um pouco melhor o pessoal da ação social, aliás tem uma boa verba ali, eu não sei o que cobre, mas a gente vai estar inclusive dando uma ajudinha para os idosos, nossos idosos. Quem vai ao São Vicente de Paula cai duro. Eu estive lá almoçando com os velhinhos, espero não acabar meus dias lá, então cai duro. Tem uma série de coisas que a gente, essa audiência é ótima, se é o primeiro passo, muito bem, mas nós gostaríamos de ter participado antes desse orçamento comunitário, se for possível, no próximo ano, na feitura do orçamento comunitário, que chame as comunidades, para dizer assim, o que é que você precisa? O que é que vocês estão pedindo? Onde está doendo? Qual é o dente que está cariado? E a gente diria, Dirceu, olha, está assim, assim, Odvane, está assim, assim, Jedião, está assim, assim. Vamos fazer uma comissão, vamos fazer a democracia acontecer. E é tão saudável. Que todo mundo pudesse ter, dar o seu pitaco para que amanhã ou depois fale assim: "eu não falei?". Entende, é isso que a gente está pretendendo, ser ouvido. Eu tenho

pego no pé desse sujeito aqui, coitado, sobre o caso da correspondência, a correspondência que não chega lá. Não chega lá por que? Porque o Correio não dá bola para nós. Será que Guararema é tão ínfima em importância e o Correio é tão poderoso que não pode colocar duas motos para distribuir correspondências três vezes por semana? " O Procurador Legislativo neste momento se manifestou dizendo: "O Correio ocupa o prédio que é municipal que eu sei há mais de quinze anos." O Sr. Donato Grillo retomando a palavra disse: "Mas aí é que está. Onde está a contrapartida? Não há contrapartida, aí você liga para o sujeito do Correio e ele fala assim: mandei para São Paulo. E o que São Paulo te responde? Não sei onde está. Quer dizer, a gente que é contribuinte, que paga esse povo todo, está no último vagão do trem. Então é isso que eu quero dizer, eu gostaria mais, eu gosto mais de participar porque na nossa região eu estou com seis processos para entregar no CONSEG a respeito de situações que implicam em insegurança. Não é especificamente da segurança, mas implicam em segurança, para que a gente possa encaminhar e fazer pressão para que a coisa possa acontecer." Novamente com a palavra o Procurador Legislativo disse o seguinte: "Senhor Donato, só me reportando aqui à mensagem, mensagem é o texto de lei que o prefeito nos remete junto com o projeto referente aos esclarecimentos que ele dá. E aqui diz que ele fez realizar uma audiência pública e que não foi ninguém. É verdade que o exercício da democracia pressupõe técnica, pressupõe treinamento, pressupõe aperfeiçoamento. Os mecanismos nessa coletividade nunca existiram, portanto as pessoas têm que aprender a lidar com democracia e lidar com democracia é complicado, dá trabalho, o senhor não sabe o que dá trabalho lidar com democracia. É muito fácil falar de democracia, a gente quer democracia do vizinho, sabe, mas as nossas responsabilidades, eu digo isso com toda a tranquilidade e honestidade que me mantém aqui." Ato contínuo o munícipe Sr. Donativo Grillo assim se

manifestou: "Eu sou de Associação de Bairro, e agora estava conversando com o vice presidente, nós temos uma reunião dia 16 de setembro e eu falei assim: cadê o local, você já viu o local? Eu tenho que ver o local, eu que preciso cutucar o pessoal, e quando eles vêm, vêm meia dúzia ou dez, e às vezes quando se consegue falar lá. Eu quero que o povo vá para saber que eles têm mais um lugar aonde pedir ajuda com relação à segurança. Agora, é um processo de educação? Sem dúvida, nós retroagimos. Eu sou fruto da revolução de 64. Quando houve a revolução de 64, eu tinha 14 anos. Eu fiz duas faculdades, fiz curso no exterior, um monte de coisas, por conta da revolução no sentido de progresso nacional. Naquela época o Governo Médici foi o maior crescimento que houve no tempo da ditadura no Brasil, porque o Brasil nunca teve democracia, então teve 12% de crescimento no Brasil e foi no tempo do Médici, o Delfin Neto era o Ministro das Finanças. O que acontece? Hoje nós regredimos. Quantos cursos foram fechados agora pelo MEC? Mais de mil e duzentos. Quer dizer, retroage-se na história. Então o que o senhor está falando, com certeza o senhor está cobertíssimo de razão, falta educação, falta divulgação, falta conscientização e falta dar a cara para bater. E participação, claro, não é só venha a nós e ao vosso reino nada. Então precisa dar a cara para bater, precisa chegar a se expor, precisa chegar e falar: eu preciso disso gente, eu estou precisando. Venha ver, venha aqui. Olha, o Evail teve a pachorra de ir com esse projeto de iluminação, ir lá no bairro para encontrar comigo e o vice-presidente para percorrer os pontos todos. Eu achei fantástico. Falei, é isso democracia. Você está nos auxiliando." Neste momento o Vereador Sr. Etanis Benitez Moreno solicitou em aparte ao Sr. Donato Grillo e disse o seguinte: Senhor Donato me permite um aparte. É a respeito do que o senhor está falando. Esses dias nós estivemos reunidos com o prefeito, diz ele, ele nos prometeu que a partir do final do ano, dezembro, janeiro, começa o asfalto nas

estradas rurais, por causa que é o tempo, até acertar a calha delas." O Sr. Donato Grillo retomando a palavra disse: "Eu só quero dizer o seguinte: eu gostaria que vocês revissem esses números da Zona Rural, é sessenta por cento da Zona Rural, por exemplo, sabem quantos quilômetros quadrados são supervisionados pela PM de Guararema? Tem esse número? Mil e quatorze quilômetros quadrados. Biritiba, Salesópolis e Guararema. Por que Biritiba e Salesópolis para nós? Não temos nada com isso. Põe Biritiba lá para Mogi, põe Salesópolis lá para Jacareí. Eu falei isso para o Coronel Nomura: "Ah, mas isso demora, não sei o que". Escuta, não faz nexos. Não passa nos meus ouvidos isso aí. Segundo, 65% da região é rural. E tem uma viatura em Biritiba. Tem uma viatura em Salesópolis ou duas, não sei. Aqui tem o que, três ou quatro. Agora que chegaram duas novas. Quer dizer, não tem cabimento certas coisas. Não tem cabimento, a gente levantou isso no CONSEG. Não há cabimento, nós precisamos discutir, a sociedade precisa discutir esses problemas. E nós não queremos ser taxados de oposição. Nós queremos ser taxados de que? De ajudar a sociedade, de ajudar o Poder Legislativo, o Executivo, trazendo as oportunidades, porque nós somos brasileiros como outros quaisquer. Nós também somos, nós comemos, nós choramos, nós morremos, então a gente também é brasileiro. Então, gostaríamos que a gente não fosse esquecido. Essa é minha mensagem e que esse número fosse revisto por favor." A seguir manifestou-se o munícipe Jacy de Pádua e disse o seguinte: "Queria cumprimentar os Senhores Vereadores integrantes dessa Comissão de Orçamento, Dr. Aran e demais Vereadores e fazer uma pergunta para o Presidente da Comissão: A Comissão ela pode fazer emenda nesse projeto? O Sr. Presidente, Ivandir Pereira da Silva respondeu: "Pode sim." O Sr. Jacy de Pádua continuando disse: "Muito bem, então eu vejo aqui na conta que versa sobre a construção e implantação de obras de habitação popular. Eu vejo aqui uma reserva de cinquenta mil para

o ano de 2010, eu vejo uma de cento e setenta mil para 2011, eu vejo duzentos mil para 2012 e cento e cinquenta mil para 2013, que perfaz um total de quinhentos e setenta mil reais. Um Instituto do Governo Estadual aponta que Guararema tem um déficit habitacional relativamente grande, bem maior que as outras cidades do Estado de São Paulo e bem maior do que o do Estado. Levando em consideração que eu tenho aqui uma dotação de quinhentos e setenta mil para quatro anos, isso significa que não existe uma preocupação do Poder Executivo na área habitacional no Município de Guararema. Então a minha sugestão é que se refaça essa conta e que ele cumpra aquilo pelo menos o que ele divulga em Jornal: Prefeito promete 500 moradias populares, que saiu recentemente no Jornal Diário do Alto Tietê, mais precisamente no dia 15 de agosto. É uma incoerência deixar no Plano Plurianual quinhentos e setenta mil e ao mesmo tempo dizer que nos próximos, no governo dele vai fazer quinhentas moradias. Se for fazer quinhentas moradia ao preço que é utilizado pela municipalidade, esses R\$ 570.000,00 dariam para fazer 10 unidades. Então fica aqui a minha observação no sentido dessa conta, que para ele fazer 500 moradias populares essa conta aqui deveria ter no mínimo aí cem vezes mais do que esse número que está aqui, que é um tanto quanto insignificante, como disse e repito, pelos preços adotados pelo município daria para fazer 10 casinhas de 39,60 metros. Uma outra questão, eu não consegui, eu não sei se os Senhores poderiam explicar para os cidadãos aqui presentes: manutenção na Secretaria de Assuntos Jurídicos - trinta e um milhões, cento e cinquenta mil. Eu gostaria de saber do porque desse número tão elevado." Neste momento o Procurador Legislativo, Dr. Aran Hatchikian Neto assim se manifestou: "Geralmente duas coisas. Só um esclarecimento. Esse valor que você mencionou da habitação Jacy, na verdade corresponde só a contrapartida do Município e não estão computados os recursos dos programas habitacionais, portanto a

administração, o programa que não inclui esses recursos, ele só prevê manuseio de recursos próprios, e segundo, esse valor excessivo na Secretaria dos Negócios Jurídicos, ou sei lá como chama, na verdade eu posso dizer, eu não sei aqui o porque. Mas via de regra isso é alocado nas Secretarias Jurídicas porque é onde faz as desapropriações, e se pagam os recursos, quer dizer, eu pressuponho, eu não estou aqui para falar em nome do Executivo, nem tenho procuração para isso, nem conheço o Executivo para dizer sobre isso, mas via de regra esse valor excessivo corresponde a valores de desapropriação. O município, ao que me consta, não tem pendências jurídicas e relativas a pagamentos de precatórios etc. e tal. Portanto, esses valores correspondem aos investimentos na área expropriatória e correspondente a indenizações, se é que isto está seguindo os caminhos e os mecanismos normais." O Sr. Jacy retomando a palavra disse: "Muito bem, o Senhor respondeu pelos Vereadores da Comissão mas eu. " O Dr. Aran Hatchikian Neto imediatamente complementou: "O Senhor pediu um esclarecimento aos cidadãos. Eu estou esclarecendo aos cidadãos." O munícipe Sr. Jacy de Pádua prosseguindo disse: "Aqui na exposição de motivos, que é a Mensagem 55, que se refere a essa peça do PPA, dentre outras coisas o Executivo diz o seguinte, eu tenho que contrapor aquilo que Vossa Senhoria acaba de informar :Contemplamos ainda recursos a serem recebidos do Governo Federal e Estadual para investimento na área de turismo. Ora, se ele foi contemplado com os recursos para turismo, por que não na habitação quando ele fala aqui que minha casa minha vida, no projeto "minha casa minha vida" ele não confirmou se vai ser desenvolvido em Guararema ou não. Eu gostaria que os Vereadores que compõem a Comissão pudessem me dar uma explicação que eu saísse daqui satisfeito com a resposta." O Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Ivandir Pereira da Silva assim respondeu ao munícipe: "Mas se você quer uma explicação você deve direcionar ao Prefeito." O munícipe Sr. Jacy

de Pádua respondeu: "Não Vereador, o Senhor é Presidente desta Comissão e isso aqui é uma audiência pública que está tratando exatamente desse assunto e o Senhor tem que responder ao cidadão que aqui presente está para questioná-lo." O Vereador Ivandir Pereira da Silva respondeu: "Como o Vereador vai saber se vai construir." O munícipe Jacy de Pádua novamente com a palavra disse: "Ora, volto a insistir, a peça orçamentária ela vem para esta Casa de Leis, ela vem para a Comissão na qual Vossa Senhoria é o Presidente. Esse processo está aqui desde dezessete de agosto. Está aí para que os Senhores possam estudar esse projeto. Em caso dos Senhores terem alguma dúvida, vão se assessorar com o Jurídico da Casa e se houver alguma coisa incompatível com aquilo que é apresentado na peça, o Executivo tem que responder e nós, como cidadãos comuns, queremos obter esse tipo de informação." Neste momento manifestou o Procurador Legislativo Dr. Aran Hatchikian Neto e disse o seguinte: "O Jacy, você já foi vereador por diversas vezes na Casa e você sabe bem que vereador algum ele tem que saber como esses números foram compostos. Vereador algum aqui sabe como o Executivo chegou a esses números. Assim como você acabou de fazer uma conta de que a construção de casas com esta previsão orçamentária plurianual daria para construir "x" casinhas, o que o vereador pode fazer aqui é multiplicar ou dividir tais valores e ratear isso pela população. Este é o papel que dá para o Vereador fazer. Quer dizer, a composição de custos nós não sabemos. Agora, por exemplo, vem matérias aqui para a Casa, você pode requerer informações, você pode solicitar informações, existem "n" instrumentos para isso, Jacy. Agora, uma coisa é estabelecer esses critérios e outra coisa é a previsão. O que nós estamos fazendo numa audiência pública, a Câmara não está discutindo aqui como se chegou a números, o que nós estamos discutindo aqui é eleição, qual é o critério que a administração estabeleceu para incluir esses programas. Eu acho que é muito mais

rico para a coletividade discutir o que está aqui nesse Plano, o que está proposto como atividade e aí acho que nós todos estamos interessados em discutir, qualquer um tem interesse em discutir, e não porque o que compôs isso Jacy. Agora, o que compôs, eu estou, você pode até dizer assim: será que essa previsão orçamentária de quatro anos se realiza? Não sei. Você quer que eu te diga uma coisa, você vai cair duro aqui agora. Eu achava, e você me conhece suficientemente para saber o que eu acho e como acho e porque acho. Eu achava que a proposta orçamentária de Guararema era uma loucura. Você quer que eu te diga uma coisa? Já executou cinqüenta por cento, cem por cento, Jacy. Já executou cem por cento. Em qualquer município a arrecadação caiu 20% por conta das dificuldades econômicas, da crise global. Aqui já se realizou cem por cento do orçamento no oitavo mês. É loucura? " O munícipe Jacy de Pádua retomando a palavra disse: "Nós sabemos disso. Eu sei, você sabe. O povo não sabe, mas nós sabemos. Nós sabemos também do porque foi realizado. A minha sugestão Senhores Vereadores é que nessa conta de manutenção da Secretaria de Assuntos Jurídicos que nós já prevíamos que seria essa função de desapropriação e indenização, algo nesse sentido, é que parte dessa dotação ela seja destinada à habitação popular. Eu gostaria que a Comissão fizesse essa proposta e levasse ela ao plenário. Um outro, uma outra conta." Novamente o Procurador Legislativo se manifestou e disse o seguinte: "Só um instantinho Jacy. Senhor Donato, o Senhor acha isso importante, Senhor Donato, até para enriquecer a discussão, quer dizer, o senhor como está ativo o senhor que estava discutindo toda a questão rural, o senhor acha que retirar." O Sr. Donato Grillo imediatamente respondeu: "Eu acho que isso aí é extremamente importante, não só isso é importante, como o tratamento dos velhos é importante. Nós temos, só temos três entidades nessa cidade que cuidam de velhos. Eu estive no São Vicente, eu produzo mandioca, eu fui levar mandioca para eles,

porque eles não tinham o que comer, entende. Eu fui ajudá-los e eles recebem lá. E eu perguntei outro dia, estava boa a mandioca? "Nossa, nós fizemos tanta sopa aqui". Quer dizer, você entra lá e está tudo depauperado. Eu acho isso tão importante quanto é importante a casa popular. Claro que acho. Acho sim, eu acho que isso deve ser balanceado, por isso que quando a gente vem numa audiência pública, eu estou apreciando a discussão de vocês dois, não vai se chegar a lugar nenhum, por que? Porque vocês não sabem como foram compostos os números. Há uma publicação de 500 unidades, ele faz a conta para cinco, vai ficar o ovo e a galinha. Não vai saber de onde saiu o número. Quer dizer, é isso que fica para a gente que é cidadão e é contribuinte. Não dá para raciocinar. Eu estou acostumado, eu sempre fiz orçamento de multinacionais, eu sou ex-executivo de multinacionais e é igualzinho, não muda nada. É orçamento, receita e despesa. É receita e despesa, só que lá da lucro." O Dr. Aran Hatchikian Neto usando novamente a palavra disse: "Agora o senhor vai me desculpar. É muito diferente. De multinacional a previsão orçamentária da empresa vem pronta de lá. O auditor só referenda. Não pode nem mexer em números. No poder público é bem diferente eu conheço porque eu sou advogado e sei como essas coisas acontecem." O Sr. Donato Grillo imediatamente respondeu: "Não é não. Desculpe e deixa eu terminar. Não vem, porque eu fui diretor da América Latina eu fazia, eu participava da discussão, se houvesse o que está havendo agora, falta de dinheiro, corta-se despesas. Ponto, o dinheiro tem que sobrar. O acionista tem que ser remunerado. PT saudações. É igualzinho. Aqui tem que bater zero a zero e acabou. Não pode faltar e não vai sobrar. Se sobrar vai passar para a gestão posterior. Agora, orçamento é orçamento em qualquer lugar. O que eu acho que é importante, acho sim importantíssima a construção de casas populares, como ele falou, acabou de falar aqui e o Mário nos disse, o Prefeito nos disse pessoalmente que

ele vai asfaltar os morros. E isso é outra coisa importante, que eu cansei de puxar ônibus encalhados por essas estradas. Eu ainda não tive a oportunidade de colocar aqui, a gente na administração empresarial a gente usa a classe ABC, o que é oitenta por cento, o que é quinze e o que é cinco e a gente vê onde vai o maior valor que é os oitenta por cento em dinheiro e em questão de obras. Quando eu era diretor de operações aqui da Johnson, onde é que você vai aplicar 80% dos recursos que eu vou te dar? Tinha que aplicar onde tinha mais retorno. E aqui é a mesma coisa, o retorno pode ser social, pode ser econômico, pode ser financeiro. Pode ser uma série de coisa. Agora, essa discussão nossa aqui, nesse nível, vai ser simplesmente conceitual, o que eu peço é, não deixem de olhar para a Zona Rural. Ele está falando das casas populares? É mais uma coisa que tem que olhar. Eu estou falando dos velhinhos, é mais uma coisa que vai ter que olhar. Agora, se vocês não têm acesso à quebra dos números, a discussão vira sexo dos anjos, vira inócua. Nós vamos estar aqui discutindo, debatendo, batendo cabeças um no outro. Eu estou discutindo só princípios. Não deixo de olhar nossa Zona Rural, nós estamos lá na beira da Dutra, não deixo de olhar lá. Ele mora no Parateí, ele sabe o que é que é. Não deixo de olhar os meus velhinhos lá no São Vicente de Paulo. Agora, se vai refletir ou não, eu não sei. Como disse você, tem que perguntar ao Prefeito. Eu não sei. Agora, é a questão conceitual. Vale aqui a ressalva dele com relação às casas populares? Sim, sem dúvida. Agora o quanto, só Deus sabe." Ato contínuo manifestou-se o munícipe Jacy de Pádua e disse o seguinte: "Uma outra questão Senhores, é, está na Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Eu vejo aqui duas contas semelhantes, pelo menos no título delas: Construção, implantação, reforma e ampliação de centros de eventos. Logo mais abaixo nós temos uma conta nessa mesma Secretaria: Construção, implantação, reforma e ampliação de centros de convenções', ou seja, só muda os

eventos e convenções. Eu não sei se isso aqui é um erro ou no próprio local seria o centro de convenções ou o centro de eventos. Numa tem dezoito milhões e quinhentos mil e outro tem cinco milhões e novecentos, é algo também que eu gostaria de obter esclarecimento. E por fim, para não ficar indo e vindo, na contribuição para as APM's escolares, no ano de 2010 tem R\$ 30.000,00, 2011, R\$ 40.000,00, 2012, R\$ 50.000,00 e o ano de 2013, eu não sei se foi um erro, de digitação isso, R\$ 600.000,00. Que bom que seria que a APM recebesse R\$ 600.000,00 por ano do Executivo, que eu tenho certeza que ela daria bom destino a essa verba. Mas eu calculo que, eu suponho que isso aqui um erro. Então é isso. Eram essas as questões que eu tinha de mais relevantes para serem colocadas, mas eu gostaria também de informar ao meu amigo aqui Donato, que o Prefeito aqui desta cidade ele pode quase tudo, porque ele tem consignado em lei que ele pode mexer na peça orçamentária do Município em até 50% da receita. Então, se o orçamento é de cem milhões por ano, cento e seis, ele pode utilizar R\$ 50.000.000,00 onde ele bem entender. É só a população chegar lá e fazer pressão. Era isso. Obrigado." Neste momento o Procurador Legislativo Dr. Aran Hatchikian Neto manifestou-se dizendo: "Só um esclarecimento técnico. Eu não sei o que norteia a administração pública. Eu não participo da administração pública do Município. Talvez nem seja "persona grata", contudo, o que dá para entender, por tudo que tramita na Casa, que a administração pública tem um viés de atuação e de acreditar na área de turismo como um fator de alavancamento do desenvolvimento da cidade, quer dizer, essa questão pode ainda ser discutida ou não, isso caberia uma ampla discussão até quando, por exemplo, se discutiu a questão do Plano Diretor. Eu acho que sequer quando discutiu o Plano Diretor se discutiu esta "vocaçãõ" do município para a esfera turística ou não, quer dizer, isto deveria ter sido discutido lá para trás, para então se encaminhar para isso, mas tudo leva a

crer, pelo cheiro e pelo andar da carruagem, de que para a administração pública ela busca a condição de estância climática e como tal buscar uma fonte alternativa de recursos e por certo criar investimentos na área tal. Bom, por acreditar que esses sejam os princípios da administração, pelo menos das coisas que contam, também aqui, ao prever a construção de um local para eventos e um local para convenções, na verdade, são centros distintos. Claro que isso depende de um projeto urbanístico, arquitetônico, etc e tal, claro que se é uma entidade bem organizada, eles locais vão estar centrados num único ponto, até porque seriam convergentes e demandariam uma estrutura urbana. Não precisam me dizer que depende, claro, isso eu já sei que você dizer isso, eu já sei o que você pensa a respeito disso, portanto é dispensável, contudo, é previsível que tais locais, um destinado a eventos, via de regras são atividades menores e mais esparsas e mais permanentes, ou mais presentes e o local de convenção que é um local maior que abrigaria mais com mais condições. Esse é tecnicamente um e outro e essas são as circunstâncias então. Agora, eu acho sempre que na verdade as discussões que são travadas no Legislativo, elas estão a reboque do que está acontecendo no município. Na verdade o município não se prepara e pior ainda, o Legislativo fica fora dessas grandes discussões. O que a Câmara tem que discutir também se essa solução de turismo é uma solução real, é a melhor solução. Me parece que com esses investimentos que a Petrobrás faz para cá e que vai levar um certo tempo, um longo tempo de investimentos pesados, eu não sei se isso alteraria essa vocação futurística, quer dizer, então essas reflexões eu confesso para vocês por não participar da administração, isso também não passa pela Casa, eu não sei se isso está acontecendo, se é um momento de reflexão que estaria ou não acontecendo no Executivo. E aí acho que a sociedade tem que estar mais ativa para estar discutindo essas questões, quer dizer, como

é que pode a sociedade ficar de fora de uma questão tão importante como essa, quer dizer, muito mais importante seu Donato, de saber se a estrada vai estar em condições ou não, é saber qual vai ser a qualidade de vida daqui cinco ou dez anos. O senhor diz que conhece bem a Inglaterra e outros que tais de organização e etc, e eu não duvido nada disso, então o senhor sabe que aqui no Brasil processos de planejamento são de curto prazo e eles acham que é um ano, quando muito seis meses ou três meses, quando na verdade os processos de planejamento no resto do mundo, no mundo organizado é de vinte, cinqüenta, cem anos. Aqui no Brasil não se ouve falar de planos. Aqui tem um Plano Diretor que chegou aqui e é tão absurdo, é tão absurdo, é tão absurdo que não prevê uma via alternativa para o sistema viário que está estrangulado desse jeito. Quando isso bateu na Casa nós discutimos essa questão e isso continua sem discutir aqui e você sabe disso. Aqui o dia em que cair uma dessas pontes de ligação do sistema, o sistema falhe e ninguém tem alternativa para isso. E as pessoas não estão debatendo isso. Estão encaminhando para soluções de desenvolvimento sem entrar lá na estrutura, na infra estrutura básica do sistema, sem discutir isso com a coletividade. E aí que eu acho que a sociedade tem que estar mais ativa e a Câmara tem seu papel." Ato contínuo o munícipe Donato Grillo se manifestou dizendo: "Só fazer uma emenda aqui. Com relação a planejamento eu acho que quatro anos é um período muito longo, porque são as mesmas coisas, eu acho que o senhor tem extrema razão quando diz qual é a vocação do município. Por isso que eu pergunto, é turismo? Sim. Se for turismo a zona rural tem um peso muito importante nisso. Por que? Porque nós temos muitas pousadas por aqui." Dr. Aran Hatchikian Neto se manifesta dizendo que o turismo rural está em grande evidência. O Sr. Donato Grillo prosseguindo disse: "Exatamente, veja o pessoal de Brotas, veja o pessoal do Sul do país. No Rio Grande do Sul isso é mais velho que andar para frente, em Santa Catarina, no

Paraná, no Sul do Paraná. Isso é muito importante e é uma fonte de renda terrível para eles. Agora, como é que você vai ter turismo se você não tem a infra estrutura. Então isso que é importante ver. É começar a casa pelo alicerce e não pelo telhado. Lá na Europa, lá, o problema é que na Europa tem mais de mil anos, só a cidade de Londres tem quase dois mil anos, então a gente lá faz diferente, lá são pequenas comunas, são pequenas comunidades onde há o orçamento participativo, e as autoridades todas são eleitas, desde o delegado até o juiz, passando pelo prefeito, passando pelos representantes do povo, são todos eleitos. Então, fez má administração, cai fora. Fez boa administração continua. Então, é assim a valorização do povo e o que precisa, o que nós precisamos é o investimento brutal em educação, brutal. É ter educação matinal, vespertina e noturna. Buscar o pessoal, educar o pessoal, enfim, abrigar o povo. Isso faz falta, o que não acontece lá. Lá, quando gente vai para lá, eu por exemplo tenho dupla cidadania, eu quando vou para lá me sinto muito bem como europeu, muito bem, sou respeitadíssimo com europeu. Por que? Porque eu tenho a identidade. Nós brasileiros infelizmente não temos identidade. Nós somos o que somos, nós somos amorfos às vezes, tanto que não apareceu ninguém na primeira reunião. Por que? " O Procurador Legislativo respondeu: "Nós não temos consciência do que seja direito e o que seja cidadania." O Sr. Donato Grillo cotinuando disse: "Exatamente. Eu participo da igreja aqui da Pastoral da Fé e Cidadania e o CONSEG veio através da Pastoral. Nós brigamos com a cidade faz seis meses com alguns, brigamos no bom sentido, nós discutimos, lutamos e tínhamos duas facções. Juntamos as facções e fundamos o CONSEG, estruturamos o CONSEG em termos de ir a um tema só. Eu vou usar aqui, que não afete ninguém que não seja católico, isso não importa, importa o tema da Campanha da Fraternidade: Paz é fruto da Justiça, e nós lutamos por isso, o povo tem que saber o que ele tem de direito e o que

ele tem de obrigação, porque não é só venha a nós e ao vosso reino nada, porque é muito fácil. Eu tenho empregados em casa e sempre pedem só venha a nós, venha a nós, venha a nós. O que você pode fazer por nós? Não, você é poderoso. Vai no CESAP, vai ali, vai acolá. Então é uma questão do que, do clientelismo. Isso precisa acabar, isso tem que acabar. Nós temos que trabalhar para uma sociedade melhor, por um povo melhor. Eu já estou no fim da picada. E mais um enfarte e estou com pé na cova, quer dizer, então acabou. Eu estou aqui para deixar um legado, porque eu faço por gostar, eu não faço por ser candidato a nada. Eu sou candidato a matar formigas no sítio, mais nada. Então o que estou fazendo é: olha a nossa região, olhe os velhinhos, olhem as casas, olhem os carentes. Aqui, quando da última eleição, a despeito de qualquer crítica destrutiva ou negativa, foi embelezada a cidade, ficou lindíssima a cidade, mas a Zona Rural foi relegada a segundo plano. Isso foi um fato. Faz quatro anos que não tem cascalho. Quatro anos que não tem cascalho. Eu não engulo mais isso, não engulo. Eu já falei pro Jedião, eu não engulo, Jedião, mais isso. "Eu já lá consegui cascalho, mas não tem caminhão. Agora tem caminhão mas não tem caçamba." Falei: Jedião, você está brincando comigo. Agora tem caminhão, mas tem que licitar caçamba. Eu falei: vocês esperaram nove meses do ano para chegar na estação das chuvas para reformar as estradas? Vai ver o que fizeram na Prensil agora. Passaram o trator lá, virou uma meleca. Virou uma meleca, por que? Fizeram no dia de chuva. Agora, não vai fazer esse ano, vai fazer só em abril do ano que vem. Só isso e nós vamos ter que viver, o meu carro está com a chapa protetor do Carter quebrada, passei num buraco e quebrou. Então amarrei com arame. Então, a questão nossa é de cidadania, é de civilidade, é de brasilidade, é de orgulho de ser brasileiro. Eu quando vou à Europa eu tenho orgulho, eu tenho irmão na Europa." Neste momento manifestou-se o Vereador Sr. Etanis Benitez Moreno e disse o seguinte: "Me permite

um aparte. Eu gostaria que no futuro o senhor também tivesse orgulho de ser guararemensense também". O Sr. Donato Grillo retomando a palavra disse: "Não, eu sou, eu moro vinte anos aqui. Por isso que eu estou aqui, eu moro há vinte anos. Eu mudei para cá em 1989. A gente precisa é agregar valor. Ninguém é oposição a nada, nós somos é a favor da melhoria contínua da vida. Nós só estamos de passagem aqui gente do céu. Dá um patatum aí, eu estive enfarte no ano passado, quase embarquei. Eu tive ontem no cardiologista. Só para finalizar esse discurso, o que nós temos aqui, eu recebi inclusive esse convite via Jacy, e eu não sabia dos números, não sabia dessa peça aqui. Se eu soubesse, eu teria mais tempo para poder argüir, para poder perguntar. Eu estou defendendo somente a nossa associação por enquanto, porque é lá que eu moro e estou aqui dando apoio para as razões do Jacy com relação às casas populares e não esqueçam lá dos velhinhos, eu sei que tem aqui uma boa verba para ação social, mas não esqueça dos velhos, porque o São Vicente precisa de uma boa reforma. E muito obrigado." Em seguida manifestou-se o munícipe Sr. Cláudio José Silva Cabral e disse o seguinte: "Voltando a parte de segurança que seu Donato falou, na Secretaria de Defesa Social e Junta Militar, nós temos duas dotações, uma referente a gratificação para a Polícia Estadual e uma para manutenção da guarda municipal que ainda não existe, está previsto para 2011. Nós sabemos que guarda municipal no Estado de São Paulo, uns quatro ou cinco municípios que deram certo, o resto infelizmente foi uma lástima. Os profissionais não são treinados, não são abalizados para fazer o que é necessário, a não ser segurança de porta de Câmara Municipal, Prefeitura ou alguma instituição do município. São Paulo mudou, há uma orientação, inclusive está saindo uma lei que todos os policiais militares, para evitar os bicos, eles vão trabalhar mais seis horas como policiais militares e vão ter um plus nesse salário deles. O Município de São Paulo já dá um plus, como Guararema

também dá, está previsto para o ano que vem R\$ 300.000,00 e então o que acontece: no ano de 2011 está previsto R\$ 380.000,00 e mais R\$ 160.000,00 da guarda municipal. Ao meu ver seria muito mais importante nós darmos esse dinheiro para pessoas já treinadas, que nas suas folgas estão fazendo bico, tratando de segurança de supermercados ou outras coisas do gênero, e eles poderiam usar a mesma lei que foi utilizada em São Paulo, que está sendo votada em São Paulo, que nesse horário de folga a pessoa trabalharia mais seis horas e ganharia por volta de mil e poucos reais, ou seja, o policial militar ele vai querer ficar em Guararema, não vai querer procurar outra cidade, e com isso nós temos pessoas treinadas que podem melhorar a nossa segurança. Esse é um aspecto. Outro aspecto que me chama bastante a atenção é com referência ao transporte escolar. Esse ano saiu alguns dias atrás num Jornal que houve um aditivo de um contrato de transporte escolar de um milhão e poucos reais para um ano. Aditivo número 4. Está previsto para o ano que vem um milhão em educação infantil e dois milhões em educação fundamental. É um número, eu não sei como é que de um milhão." Neste momento o Vereador Sr. Etanis Benitez Moreno se manifestou dizendo: "Deixa eu explicar. Esse ano o Governo do Estado pediu para que as prefeituras do Estado de São Paulo municipalizasse as primeiras, segundas, terceiras e quartas séries. Praticamente todas as cidades estão fazendo o que o governo pediu. É uma lástima como diz o Doutor." Ato contínuo manifestou-se o Sr. Cláudio José da Silva Cabral dizendo: "Tudo bem, mas o que eu digo é o seguinte, então vamos falar de transporte escolar. O transporte da educação infantil envolve até as quarta séries. Meu filho está na quarta série que agora é quinto ano e vem." O Vereador Sr. Etanis Benitez Moreno interrompe o munícipe neste momento indagando: "O ônibus está com monitor? Em Luiz Carlos já tem um monitor, não sei se chegou lá, já chegou? O bairro do Senhor é?" O munícipe Cláudio José da Silva retomando a palavra

disse: "Lagoa Nova, Serrote. Não tem monitor nos ônibus. Agora, o que acontece é que, o problema de monitor é uma outra história que depois a gente vai ter que comentar, mas o que eu estou dizendo é que as peruas kombis que fazem o transporte das crianças até da 4ª série, esse ano, saiu agora no Jornal dessa semana, um milhão de aditivo de contrato. Para o ano que vem está previsto três milhões. É um número, eu não sei se com esse desmembramento, se antes era passe escolar e agora tem um outro nome, já está um número meio discrepante, porque nos outros cursos tem cento e cinquenta mil para técnico profissionalizante e duzentos mil no ensino médio." Neste momento o Vereador Sr. Etanis Benitez Moreno se manifestou dizendo: "Senhor Cabral, eu acho que são dez escolas a mais no município que a Prefeitura vai arcar com as despesas. Talvez esteja incluso alguma coisa aí nesse orçamento." O munícipe Sr. Cláudio da Silva Cabral novamente com a palavra disse o seguinte: "Está bom, mas dez escolas, nós estamos triplicando o valor. Eu estou falando nas páginas 49, 54 e 57." Ato contínuo o Procurador Legislativo se manifestou dizendo: "O senhor está tomando a dotação sem levar em conta o aditivo, quer dizer, portanto o senhor está realizando dois milhões nesse exercício em curso e está prevendo três. Três na verdade não são três vezes, é cinquenta por cento." O munícipe Sr. Cláudio José da Silva Cabral respondeu: "Não, foi um milhão, o aditivo foi de um milhão." O Procurador Legislativo prosseguindo disse: "Então, mas de qualquer forma você tem um contingente a mais aí de pessoas a ser transportada, é um reflexo disso." Imediatamente o munícipe Sr. Cláudio José da Silva Cabral respondeu: "Tudo bem, mas de qualquer forma seria interessante dar uma reexaminada e ver tudo o que foi tratado como passe escolar." Ato contínuo o Procurador Legislativo, Dr. Aran Hatchikian Neto assim se manifestou: "Isso inclusive tramitou aqui ou está tramitando aqui na Casa um projeto de lei alterando isso, então pode até ser um reflexo disso. A

comissão vai examinar." Retomando a palavra o munícipe Cláudio José Silva Cabral disse o seguinte: "Então voltando ao transporte escolar, apesar de saber que vai ter monitores em todas as linhas, é uma judiação crianças de seis, sete anos andarem nos ônibus, e sendo um pouquinho contra o que o seu Donato disse, sessenta e cinco por cento é área rural, tem uma Lei de 2005, na gestão do Prefeito André que mudou esse número drasticamente. Ele fez uma Lei de Zona de Expansão Urbana que praticamente envolve o município inteiro. Então esse número está totalmente, nós não somos mais área rural. Quando eu digo que moro no Serrote, eu moro em área urbana que não tem condições de área urbana. Então alguma coisa está errada. Então essa Lei, desde noventa e cinco, foi acrescida na cidade uma área muito grande. Então nós deveremos ter hoje talvez uns vinte ou trinta por cento de área rural. É lógico que até hoje também não foi cobrado IPTU, não foi cobrado porque a Prefeitura não quis, a lei existe e foi feito o trabalho de testada e ela não lançou os impostos porque ela não quis. Então, é uma falha da Prefeitura de não ter feito essa continuidade. Ela lançou a Lei em 2005 e até o momento não está previsto a cobrança de IPTU. Bom, voltando ao problema das crianças, todos nós sabemos que o centro de Guararema é maravilhoso, alguns lugares são limpos duas ou três vezes por dia. Muito bonitinho. Quando nós saímos e fomos pros bairros as estradas estão cada vez piores. As crianças não vêm para as escolas porque os ônibus não trafegam, porque a estrada está ruim e eles não têm tração. As peruas kombis ou outro tipo de transporte menor conseguiria ter essa tração e trazer essas crianças para a cidade. Então as próprias crianças sofrem muito com isso. Existe uma falta de atenção com as crianças, e para elas passarem a catraca, elas têm que jogar a mochilinha delas para o outro lado, subir na catraca para passar o cartãozinho de passe. Então eu acharia prudente, ao menos as crianças digamos, até uma certa faixa, oito, nove, dez anos, elas

viesses de perua ou um outro tipo de transporte, mesmo que seja da Transcel ou de qualquer que seja, que vá buscar as crianças e que entregue as crianças. Por que? Porque quando as crianças começam a vir para a escola de ônibus, elas têm que sair cinco e pouco da manhã. É uma judiação as crianças acordarem cinco e pouco da manhã para pegar o ônibus para chegar às sete horas na escola. Então as crianças numa faixa de doze anos até quinze anos eles começam a chegar em casa por volta das sete e meia da noite e as aulas terminam às seis, seis e pouquinho. Então seria também interessante verificar o contrato que existe com a Transcel para que fosse melhorado os horários de ônibus para que adequasse melhor os horários das escolas e também dos trabalhadores que precisam chegar na cidade. A própria Prefeitura está tendo problemas com funcionário que não consegue chegar às oito horas da manhã. Ou ele sai cinco horas da manhã ou se ele pega o próximo ônibus ele chega oito e quinze, oito e vinte. Então isso estou falando Prefeitura, que flexibiliza horários, mas muitos comerciantes e muitas outras empresas não estão mais querendo funcionários dessa forma. Então se nós adequarmos a parte de segurança mais a parte de transporte, muita coisa poderá melhorar na cidade." Neste momento manifestou-se o Vereador Sr. Etanis Benitez Moreno e disse o seguinte: "Tem tempo ainda, quem quiser se manifestar sobre alguma coisa relativa ao PPA." O Procurador Legislativo manifestou-se a seguir dizendo: "Só quanto essas áreas de expansão urbana, na verdade aqui não é muito diferente do que acontece em muitos municípios, de fato as administrações são levadas a expandir as suas áreas urbanas como forma de incrementar a receita tributária, mas se esquecem que isso tem um tremendo custo financeiro, quer dizer, é até um contra-senso o que as administrações fazem. Na verdade o que elas acabam arrecadando ou gastando para arrecadar, não corresponde ao que ela passa a ser obrigada a atender, ou deixa de atender gerando uma frustração

maior na coletividade. Então esta é uma faca tipicamente de dois gumes que não leva a nada. Agora, eu não posso falar pela administração mas acho que sem dúvida nenhuma mais dias, menos dias a tributação virá, é uma questão que, ela virá de qualquer forma." Isto posto manifestou-se o munícipe Sr. Jacy de Pádua e disse o seguinte: "Até porque Doutor, se existe lei ela tem que ser cumprida, porque senão o Prefeito, ele está agindo de improbidade administrativa, que eu aprendi muito cedo na vida que para o município comprar, vender, ceder, emprestar, receber, tem que ser tudo através de lei. Aliás, eu aprendi com Vossa Senhoria. Então ele está agindo em detrimento à lei o que merece uma ação judicial." Ato contínuo manifestou-se o Dr. Aran Hatchikian Neto e disse o seguinte: "E vai contra os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal. E hoje, Jacy, a coisa é muito mais complicada, quer dizer, eu sempre digo e é típico da administração, que ao contrário do particular, o particular pode fazer tudo que não está vedado pela lei, a administração pública ou administrador público ele só pode fazer ou deixar de fazer em razão de lei. E hoje, essa questão financeira dos municípios, passou a ser muito mais complicada por conta de uma coisa chamada Lei de Responsabilidade Fiscal que nasceu, por incrível que pareça, no Governo do Fernando Henrique por pressão das multinacionais e dos governos externos, que pressionaram para a existência dessa lei como forma de garantir o recebimento dos empréstimos financeiros. O nascedouro da Lei de Responsabilidade Fiscal não foi para municípios que nem Guararema que não tem precatórios, que não tem empréstimos etc e tal, a lei foi feita a pincel, por imposição do Banco Interamericano e outros organismos internacionais, como forma de compelir os governos brasileiros a fazer os pagamentos dos seus empréstimos, e no meio disso deram umas pinceladas que na verdade acabou engessando os governos, muito mais o governo federal e estadual, pois e agora, também com

os governos municipais porque no último ano de gestão o prefeito passa a ter uma tremenda responsabilidade não podendo mais restos apagar etc e tal, não podendo mais deixar de pagar previdências, porque sofre tantas conseqüências quanto o administrador. Um prefeito sério e responsável reflete muito antes de assumir um encargo de ser prefeito de uma cidade, agora, se for bandido ele aceita na hora. Hoje não tem prefeito que não saia da administração que não tenha suas quinze ou vinte ações civis públicas nas costas." A seguir manifestou-se o munícipe Sr. Donato Grillo e disse o seguinte: "Eu só queria dizer com relação aos impostos, a gente recebeu lá em casa algum tempo atrás um pessoal da Prefeitura medindo o terreno, o sítio, nós temos cinco alqueires de sítio, perguntando se é propriedade produtiva ou não é produtiva, se é de lazer ou não é de lazer. Então eu acho que daí viria, creio, como a gente pensou, que daí sairiam os impostos, os famosos IPTUs. Por exemplo, nós somos produtores rurais temos INCRA, temos ITR a declarar e outros que tais. Na região nossa toda ali, a maioria, acho que 90%, é propriedade rural, é produtor rural, fora terras que estão praticamente jogadas fora, sem utilização. Então eu sou a favor sim, desde que haja legitimidade da cobrança do imposto. Se eu tenho um sítio para meu lazer então é minha casa, não é produtivo, eu não pago ITR, eu não pago o INCRA, eu não faço nada, ou então o ITR. Quem não tem, quem mora por lazer, paga por lazer. Agora, eu não acho justo que todos nós sejamos igualados em termos de benefícios e coisas que tais, a região urbana, dita urbana e região rural. Acho que a gente precisa ter aí uma atenção, e realmente ao o meu ver eu acho que você, desculpa, o senhor disse uma coisa muito certa. Nós temos que ver qual é a vocação desse município. Nós somos produtores de orquídeas? Nós somos produtores de rosas? Nós somos produtores de que? Ou nós somos produtores de peixes? Ou nós somos produtores do Rio Paraíba e vamos passear de barco? Ou nós somos

produtores da feirinha de artesanato? O que nós somos, e aí, daí sim saiu o norte. Aí assim é aplicar o dinheiro e fazer com que a coisa progrida e a gente ter a infra estrutura implantada. Caso contrário é ilusão, é sonho, é gastar dinheiro à toa." Isto posto manifestou-se o munícipe Sr. Cláudio José Silva Cabral e disse o seguinte: "Só um pequeno questionamento referente a Secretaria de Governo. Esse ano nós começamos a ter o Cartão Cidadão. O que se prevê com esse Cartão Cidadão, conforme as palavras do próprio Prefeito para mim, além de benefícios em eventos, uma melhor organização na área de saúde e na área de educação. Agora, para a manutenção no ano que vem nós temos previstos R\$ 300.000,00; no ano seguinte trezentos e cinqüenta, tem mais cinqüenta mil cada ano, ou seja, eu não sei se de fato precisamos gastar trezentos mil reais na manutenção de um cartão cidadão que seria alguma coisa que essa troca não vai ser com uma constância tão maior e, pelas palavras do próprio Donato, o Asilo ali do lado do CESAP está em frangalhos. Eu acho que já que o Prefeito tem 50% do seu orçamento, aonde ele pode mudar as dotações, eu acho que os Senhores Vereadores poderiam lembrá-lo de outras áreas também importantes e que talvez dessem para eles melhores condições, inclusive políticas, porque, ele como um político, ele vai ser julgado na próxima eleição, ou o seu sucessor será julgado pelas obras dele, como vocês também. Então eu acredito que o aproveitamento do dinheiro deveria ser melhor efetuado do que programas como esses, que trezentos mil reais seriam quase trinta mil por mês para troca de cartão, para manutenção de cartão. Eu acho um valor muito elevado." Neste momento manifestou-se o munícipe Sr. Donato Grillo e disse o seguinte: "Eu só queria convidar vocês que fossem ao asilo de vez em quando, então que dessem um pulinho lá e vissem. Nós almoçamos outro dia, o Jesulino, a família, eu, almoçamos com os velhinhos lá e é simplesmente emocionante. A gente vê aquele povo, aquele trapo de

gente ali e vê as condições físicas do Asilo. Ali ela falou bastante, acho que Ivone ou Edite, que o Jedião tinha ajudado muito. O Jedião é o Presidente do Asilo. Então precisaria muito que a Prefeitura, eu sei que a Prefeitura cuida também, mas cuidasse melhor. Tem assistência médica, tem uma série de coisas, mas a parte física do Asilo deixa a desejar. Eu rezo para não precisar passar meus últimos dias ali ou numa instituição como esta, porque realmente a gente no Conselho do Idoso vai pedir para que isso seja olhado com mais carinho." Em seguida manifestou-se o Procurador Legislativo e disse o seguinte: "Seu Donato, me desculpe, eu tenho um viés terrível sabe. Eu sempre me ponho a refletir sobre as responsabilidades, o senhor mesmo já fez referência que a Prefeitura participa, a Prefeitura dá uma subvenção ao Asilo. Será que também, o Asilo também, veja, o Asilo recebe dotação pública, recebe contribuições da coletividade, é uma entidade de organização não governamental, assistencial, social, também vocês precisam ir lá saber como esse dinheiro público está sendo gasto lá, quer dizer, não é só a Câmara não, eu acho que sociedade como um todo, aonde põe, tem que ver como está pondo e o que está acontecendo com esse por." Ato contínuo manifestou-se o Sr. Donato Grillo e disse o seguinte: "Já foi constituída uma comissão de fiscalização no Conselho de Idoso. Eu participo da comissão de divulgação, tem uma comissão de fiscalização, inclusive é uma funcionária da tesouraria da Prefeitura que é a encarregada de fazer a fiscalização." Manifestou-se novamente o Dr. Aran Hatchikian Neto e disse o seguinte: "Eu volto a dizer, isso é uma sociedade responsável. Isso é a conduta de uma sociedade responsável. Assim como eu defendo que tem que acontecer com a Santa Casa, assim como tem que acontecer com a associação lá do Toninho, assim como eu defendo que se o Jacy tiver uma associação também caia nisso, assim como a associação de amigos de bairros, a sua associação, seus associados

têm que ir lá saber como é que está a minha grana aí, o que vocês fizeram? Quero saber aonde vocês foram almoçar o último dia e trouxeram nota fiscal. Eu acho que a sociedade comprometida exige e tem que estar disposta a isso." A seguir manifestou-se o Sr. Donato Grillo dizendo o seguinte: "No Conselho do Idoso há comissão para fiscalização do dinheiro público gasto lá. Então eu só quero dizer isso, eu acho essa interação aqui na Câmara, eu acho que infelizmente somos poucos, devia estar cheio isso aqui, lotado, o pessoal de todos os bairros, os representantes das associações dos bairros também, para a gente realmente ter tido tempo de analisar melhor e ser tão próximo. Eu recebi na minha casa um rapaz do setor de contratos da Prefeitura de Jacareí e ele perguntou para mim: "vocês têm orçamento participativo?". Eu falei não. "Olha, o dia que vocês implantarem vai ser bem diferente. Vocês vão saber da realidade completamente diferente." Nós aplicamos agora nessa gestão, nesse mandato, aplicamos o orçamento participativo e tivemos um resultado excelente, porque as associações de bairros vieram, trouxeram as suas necessidades e nós colocamos os números e dissemos: nós temos tanto para gastar. Vamos gastar em que? Vocês vão eleger aonde vai ser gasto." Isso faz com que haja co-responsabilidade e, porque eu estava dizendo que achava Jacareí e Mogi cidades velhas, maltratadas, vocês imaginem o que era isso antes. É porque vinha de cima para baixo e vai fazer assim, acabou, ponto. Não, agora não, é de baixo para cima. Então é uma sugestão de quando houver nova feitura desse tipo de atividade que se pense em chamar a sociedade civil para ajudar a participar e trazer os seus problemas e aí vê se cabe o tamanho do sapato ou não cabe, e se não couber, qual é o tamanho que vai usar e aonde vai ser aplicado o dinheiro, para que haja realmente a democracia, que ela seja realmente, não que não haja, mas que ela seja mais eficaz, eficiente, que ela seja bastante evolutiva. E ele está falando muito bem da Promotoria de Jacareí e

falando muito bem da administração pública de Jacareí atual que está realmente voltada para o povo. Eu nem sei que Partido é, não me interessei nem perguntei." Alguém dos presentes responde que a administração de Jacareí é do PT. O Sr. Donato Grillo retomando a palavra disse: "Eu não sabia. Então ele disse que veio do jurídico e passou para a área de contrato e na área de contrato disse que está fazendo uma limpa nos contratos, está fazendo uma reformulação completa. Foi ótimo. Então é uma sugestão que fica aqui. Se for possível seria ótimo, que aí a sociedade vem e iria saber com quantos paus se faz uma canoa." A seguir manifestou-se o Vereador Sr. Etanis Benitez Moreno e disse o seguinte: "Senhor Presidente, podemos encerrar? Então pessoal, eu quero agradecer a todos que participaram, que vocês estão exercendo os seus direitos de cidadãos, fazendo com isso a cidadania e participando da democracia da nossa administração enquanto Câmara Municipal, juntamente com o nosso Executivo Municipal também. E espero contar da próxima vez, que seja novamente assim regido Doutor, com essa ordem, com essa democracia e com essa sabedoria que vocês têm para passar para a gente também, porque ninguém é dono da verdade, nós estamos aqui para representá-los, e como tais estamos a disposição de vocês. Muito obrigado a todos e declaro encerrada a nossa reunião hoje. E para os efeitos legais, lavrou-se a presente Ata que segue assinada pelos Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, pelos demais Vereadores presentes e pelo Procurador Legislativo.

Ivandar Pereira da Silva

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Etanis Benitez Moreno

Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Dirceu Jacinto Granato
Vereador

Wilson da Silva Ribeiro
Vereador

Aran Hatckian Neto
Procurador Legislativo